

### CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

#### Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9507

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

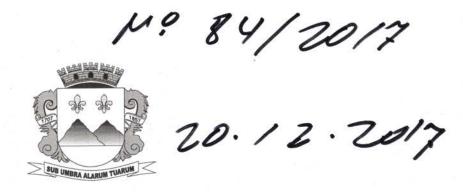
Autoria: Martins Lima Filho (Júnior Martins)

**Data:** 12/12/2017

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 107/2017. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à "Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro Tancredo Neves e Adjacências". (Referente à Lei nº 5.036, de 27/12/2017).

Controle Interno – Caixa: 25.13 Posição: 12 Número de folhas: 05

Espécie: P. L Cotragua: Utilidade Priblica Cx: 25.13 Orden: 12 nº polhas: 23



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 107/2017

AUTOR:	
	Ver. Martins Lima Filho
2	Lei nº 5.036, de 27/12/2017
ASSUNTO:	
	Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a
Asso	ciação para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro redo Neves e Adjacências.

	MOVIMENTO	
3- A 1100 / A &	ação o Iustico	DE UR GEN CY
5		
9		
10 -		



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº 107 | 2017

Concede Título Declaratório De Utilidade Pública.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°- Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO BAIRRO TANCREDO NEVES E ADJACÊNCIAS", inscrita no CNPJ sob o nº 21.199.730/0001-33, com sede na Rua Dois, s/nº – Bairro Tancredo Neves, neste Município de Montes Claros – Minas Gerais.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 11 de Dezembro de 2017.

MARTINS LIMA FILHO VEREADOR CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSAO DE LE BICA CAO

E MUS TIEN

EM/20E BESCHBRO DE 20/2

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM DISCUSSÃO POR

REGIMENE VACEN CA

EM. 20 DE DEBEMBRO DE 20/X

PRESIDENTE



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

#### ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 107/2017 QUE "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública a Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Bairro Tancredo Neves e Adjacências", de Autoria do Vereador Martins Lima Filho.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 13 de dezembro de 2017.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo OAB/MG 78605

#### PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 107/2017

**AUTOR: Ver. Martins Lima Filho** 

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação para Desenvolvimento Comunitário do Bairro Tancredo Neves e Adjacências.

#### I - RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 12/12/2017 com entrada na Sala das Comissões no dia 14/12/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### II - FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação para Desenvolvimento Comunitário do Bairro Tancredo Neves e Adjacências.

De acordo com estatuto a referida entidade tem por objetivo, dentre outros o de desenvolver projetos de assistência de combate à fome e a pobreza para minorar os efeitos da seca sobre o ser humano, proteção da saúde da família, maternidade da infância, da adolescência e da velhice.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

#### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2017	
Presidente: Ver. Valcir Soares Silva	
Suplente/Vice-Presidente : Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira	
Suplente/Relator: Ver. Ailton Soares dos Reis:	